



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 32/2018
Período: 08/09/2018 – 14/09/2018

GEDES – UNESP

- 1- Pesquisa mostrou porcentagem da população que aprova a prorrogação da intervenção federal no Rio de Janeiro
- 2- Generais comentaram atentado à presidenciável
- 3- General Mourão defendeu possibilidade de intervenção no governo
- 4- Comandante do Exército comentou o cenário político
- 5- Participação brasileira em operação de paz na República Centro Africana foi adiada
- 6- Empresa de munições suspendeu construção de unidade no Brasil
- 7- Gabinete de Segurança Institucional pediu prorrogação de decreto de GLO em Roraima

1- Pesquisa mostrou porcentagem da população que aprova a prorrogação da intervenção federal no Rio de Janeiro

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, uma pesquisa realizada pelo Datafolha, entre os dias 04/09/18 e 06/09/18, com 1357 pessoas maiores de 16 anos, mostrou que 72% da população do estado do Rio de Janeiro é a favor da extensão da intervenção federal na segurança pública. A pesquisa também revelou que 21% dos entrevistados são contra a prorrogação, 4% são indiferentes e 4% não sabem. Segundo o jornal, a aprovação da medida no estado do Rio de Janeiro é maior que em sua capital, a cidade do Rio de Janeiro, onde 68% da população aprova a prorrogação. A reprovação da medida na capital fluminense é de 25% da população. De acordo com a *Folha*, a aprovação da prorrogação varia conforme a idade, a renda e a escolaridade. Segundo o jornal, desde que a intervenção foi decretada, em fevereiro de 2018, sob o comando do general Walter Souza Braga Netto, foi disponibilizado pelo governo federal um orçamento de 1,2 bilhão de reais e mais de 300 operações foram realizadas pelas forças de segurança. De acordo com a *Folha*, a intervenção não conseguiu reduzir a taxa de homicídios, registrou o maior índice de morte por policiais desde o ano de 2008 e recolheu menos armas das ruas. De acordo com o periódico, na semana do dia 09/09/18, foi assinado um plano "medidas de transição para encerrar intervenção". Conforme a *Folha*, em junho de 2018, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, defendeu que a intervenção fosse prorrogada para dezembro de 2019. Em agosto de 2018, Jungmann afirmou que a intervenção deveria acabar no prazo inicialmente previsto, pois os responsáveis pela medida não aprovavam sua renovação. De acordo com o periódico, também em agosto de 2018, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, afirmou que apenas os militares estavam preocupados em solucionar os problemas do estado de Rio de Janeiro. Segundo a *Folha*, de outubro de 2017 a agosto de 2018, a porcentagem da população que

apoiava a presença de militares para combater a violência no Rio de Janeiro caiu de 83% para 66%. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 08/09/18)

2- Gerais comentaram atentado à presidenciaível

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o general da reserva Augusto Heleno, responsabilizou “parte da mídia” pelo atentado contra o presidenciaível do Partido Social Liberal (PSL), deputado federal Jair Bolsonaro. O candidato à presidência da República foi esfaqueado no dia 06/09/18, durante um comício na cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais. De acordo com a *Folha*, Heleno afirmou que o atentado foi um “desfecho de uma campanha diária, obstinada, que parte da imprensa desencadeou contra ele [Bolsonaro]” e que “injustamente, tacharam-no de despreparado, violento, inimigo da pátria e amante da ditadura”. Heleno é um dos conselheiros do candidato do PSL. Segundo a *Folha*, parte dos compromissos de campanha de Bolsonaro devem ser assumidos pelo vice de sua chapa, o general Hamilton Mourão. Conforme o periódico, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, também comentou o episódio. “O atentado confirma que estamos construindo dificuldades para que o novo governo tenha estabilidade, para a sua governabilidade, e podendo até mesmo ter sua legitimidade questionada”, afirmou o comandante do Exército. Villas Bôas afirmou que o episódio pode causar a derrota de Bolsonaro, por conta da perda de campanha das próximas semanas, ou beneficiá-lo, com a comoção gerada. O general declarou que o atentado confirmou a intolerância generalizada e a falta de capacidade de colocar o interesse do país acima das questões pessoais. Conforme o jornal, o comandante do Exército acrescentou que a recomendação proferida pelo Comitê de Direitos Humanos, favorável à candidatura do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, “é uma tentativa de invasão da soberania nacional”. Adicionalmente, Villas Bôas defendeu que “não há hipótese de o Exército provocar uma quebra de ordem institucional”. (Folha de S. Paulo – Poder – 08/09/18; Folha de S. Paulo – Poder – 10/09/18)

3- General Mourão defendeu possibilidade de intervenção no governo

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, em entrevista à Globonews no dia 07/09/18, o candidato a vice da chapa do deputado federal Jair Bolsonaro, general da reserva Hamilton Mourão, indicou a possibilidade de as Forças Armadas serem acionadas na eventualidade de as discordâncias sobre os projetos de governo culminarem em “anarquia”. O candidato também alegou que os militares serão capazes de “segurar os ímpetos” de Bolsonaro. Segundo a *Folha* e *O Estado*, no dia 13/09/18, Mourão defendeu a redação de uma nova Constituição, focada em “princípios e valores imutáveis”. Segundo o general da reserva, “uma Constituição não precisa ser feita por eleitos pelo povo”. A proposta de Mourão envolveria um “conselho de notáveis” e um plebiscito, sem a necessidade de uma Assembleia Constituinte. Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Bruno Boghossian afirmou que a ideia de Mourão ignora a competência do Legislativo e a proposta de realizar um plebiscito não concede legitimidade ao projeto, “só reveste de demagogia a vontade de queimar etapas”. Boghossian assinalou que “os tais ‘notáveis’ de Mourão seriam nomeados por um governo e, portanto, trabalhariam sob encomenda”. (*Correio Braziliense* – Política – 09/09/18; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 14/09/18; *Folha de S. Paulo* – Poder – 14/09/18; *O Estado de S. Paulo* – Política – 14/09/18)

4- Comandante do Exército comentou o cenário político

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, afirmou que o ataque contra o pré-candidato do Partido Social Liberal (PSL), deputado federal Jair Bolsonaro, demonstrou as divergências políticas materializadas “no nível comportamental das pessoas”. Em entrevista a *O Estado*, o general afirmou que temia a ocorrência de um atentado devido à “exacerbação da violência” utilizada na campanha eleitoral do candidato. Questionado sobre o posicionamento dos militares quanto ao apoio político a Bolsonaro, Bôas negou a vinculação, alegando que as Forças Armadas não apresentam caráter político ou partidário. O general afirmou também que a postura e a conduta das Forças Armadas não serão mudadas, independentemente do resultado das eleições. Na entrevista, Bôas também foi questionado sobre o posicionamento dos militares perante a tentativa de registro da candidatura do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. O general alegou que atuação das Forças Armadas brasileiras é fundamentada na legalidade, legitimidade e estabilidade do Estado e de suas instituições, não cabendo expressar posicionamentos sobre o caso. Porém, Bôas admitiu preocupar-se com os efeitos negativos das divergências políticas para a governabilidade e a legitimidade do próximo governo. De acordo com *O Estado* e a *Folha de S. Paulo*, o candidato à presidência da República pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Ciro Gomes, afirmou, durante sabatina no dia 12/08/18, que em seu governo “militar não fala em política”. O candidato pelo PDT enfatizou a subordinação constitucional das Forças Armadas aos poderes políticos. Segundo os jornais, Gomes indicou que Villas Bôas “provavelmente pegaria uma cana” por suas declarações sobre a instabilidade política e a legitimidade do novo governo a ser eleito. Segundo *O Estado*, o candidato à presidência da República pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Geraldo Alckmin, defendeu a declaração do comandante do Exército. O candidato afirmou que Villas Bôas não declarou nada impróprio, ressaltando ser um admirador do general que é “um democrata, é correto”. (*Folha de S. Paulo – Poder – 13/09/18; O Estado de S. Paulo – Política – 09/09/18; O Estado de S. Paulo – Política – 13/09/18; O Estado de S. Paulo – Política – 14/09/18*)

5- Participação brasileira em operação de paz na República Centro Africana foi adiada

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, militares das Forças Armadas brasileiras deveriam ter desembarcado em Bangui, capital da República Centro Africana no dia 10/07/18, para integrar a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). Segundo o jornal, esse teria sido o primeiro movimento brasileiro para o engajamento em uma missão de paz após a experiência de 13 anos no Haiti. Seria também o primeiro contato direto da tropa em um ambiente marcado por combates intensos, travados entre membros da Coalizão Séléka e apoiadores do governo regular. Segundo o Comando do Exército, participariam da missão em torno de 700 a 800 combatentes, apoiados por fuzileiros navais e por um grupo da Força Aérea, em atuação pela primeira vez em 74 anos em uma situação de conflito real. Havia previsão de envio de um cargueiro C-105 Amazonas, dois helicópteros UH-60 Black Hawk e dois aviões A-29 Super Tucano. Porém, de acordo com o periódico, o presidente da República, Michel Temer, optou por empregar as forças na intervenção militar no estado do Rio de Janeiro que, ao longo de 10 meses, deverá custar R\$1,2 bilhão. Segundo *O Estado*, assessores do presidente afirmaram que o engajamento brasileiro missão na República Centro-Africana não fora formalizado e, portanto, não houve cancelamento, havendo a possibilidade de participação dos militares no ano de

2019. De acordo com o jornal, "o próximo presidente terá de atender à demanda da ONU e também dos comandos militares, que consideram inadiável a experiência em ambiente com a presença de movimentos extremistas". O periódico ressaltou que o general Elias Rodrigues Martins Filho foi indicado para assumir o comando da Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO). (O Estado de S. Paulo – Política – 09/09/18)

6- Empresa de munições suspendeu construção de unidade no Brasil

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o Conselho Federal da Suíça suspendeu a construção de uma unidade de produção de munições pela Ruag, multinacional suíça da área de defesa, no estado de Pernambuco. De acordo com o *Correio*, a suspensão do projeto foi uma resposta às demandas de parlamentares suíços em razão da violência urbana no Brasil. Conforme o jornal, a construção da empresa de munição de baixo calibre no Brasil foi considerada uma imagem negativa para o governo da Suíça e para a empresa. O projeto foi anunciado no ano de 2017 e previa capacidade de produção anual de 20 milhões de unidades de projéteis. Segundo o *Correio*, o protocolo de intenções foi assinado pela Ruag, pela subsidiária Ammontec e o governo pernambucano, contando com a participação do então ministro da Defesa e atual ministro de Segurança Pública Raul Jungman. De acordo com o periódico, o investimento inicial seria de 15 milhões de euros para a unidade entrar em operação e haveria previsão de contratos com o governo, empresas de segurança do Brasil e de exportação para mercados estrangeiros. A empresa, que "tem autorização da Comissão de Nacionalização do Exército para operar em território nacional desde maio de 2017", seria a primeira a operar no mercado de munição no país após o fim do monopólio brasileiro. De acordo com o periódico o governo brasileiro não foi oficialmente informado sobre a decisão suíça. (*Correio Braziliense – Economia – 10/09/18*)

7- Gabinete de Segurança Institucional pediu prorrogação da GLO em Roraima

Segundo o periódico *Estado de S. Paulo*, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI) propôs ao presidente da República, Michel Temer, a prorrogação do decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no estado de Roraima, anteriormente previsto para ser encerrado no dia 12/09/18. O gabinete solicitou que a medida seja estendida por mais 15 dias. O ministro do GSI, general Sérgio Etchegoyen, informou que "o GSI entende que as circunstâncias atuais sugerem que se prorrogue", enfatizando a conjuntura do estado de Roraima. De acordo com *O Estado*, no dia 06/08/18 um venezuelano foi morto a pedradas e pauladas, após ter matado a facadas um brasileiro, episódio que ocorreu após um furto na capital Boa Vista. As tensões em Roraima aumentaram nos últimos meses e, segundo a Diocese de Roraima, houve um atentado contra imigrantes venezuelanos que viviam em um acampamento improvisado. De acordo com o jornal, foram disparados tiros próximos às barracas feitas de lona e papelão que abrigavam cerca de 300 venezuelanos, como um alerta. A Polícia Militar do estado de Roraima, no entanto, não confirmou o ocorrido. Através de nota oficial, a Operação Acolhida do Exército informou que imigrantes correram para o abrigo Jardim Floresta e 200 pessoas foram retiradas das ruas por viverem em condição de risco. (*Estado de S. Paulo - Metrópole - 11/09/2018*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Santana Vieira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestre em Relações Internacionais); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).